



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2007. (Do Sr. Asdrubal Bentes e outros)

Solicitam seja convidado o Sr. Roger Agnelli, Diretor Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para prestar esclarecimentos sobre as atividades da empresa no Brasil e em especial no Pará, bem como discutir sobre os movimentos de reestatização da companhia.

SENHORA PRESIDENTE:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Roger Agnelli, Diretor Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para prestar esclarecimentos sobre as atividades da empresa no Brasil e em especial no Pará, bem como participar de ampla discussão sobre a proposta de sua reestatização apresentada por alguns segmentos da sociedade e aprovada pelo 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores.

JUSTIFICATIVA

A imprensa de todo país tem dado ênfase a um movimento de alguns segmentos da sociedade que pretendem a realização de um plebiscito para anular o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD.

À época, na década de 90 do século passado, inclui-me entre os que se opunham à privatização pelos mesmos argumentos expedidos por aqueles que agora pretendem revela.

Hoje, decorridos mais de dez anos, curvo-me à evidência dos fatos. A Vale, graças ao novo modelo de gestão, livre dos entraves burocráticos e das amarras da legislação que disciplina as estatais, tornou-se mais ágil e eficiente, transformando-se na segunda maior empresa global da indústria de mineração e metais do mundo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presente em 13 estados brasileiros e em 32 países, nos cinco continentes, a Companhia é líder mundial na produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. A Vale também é importante produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas.

Além de investir fortemente em pesquisa e exploração mineral no Brasil e em outros países a Vale é uma das maiores geradoras de empregos do País. Em 2006, a Companhia criou cerca de quatro mil empregos diretos. Em 31 de dezembro do ano passado, contava com quase 44 mil empregados próprios, além dos 12 mil empregados da CVRD Inc, produtora canadense de níquel, adquirida pela Companhia no ano passado. É importante destacar, ainda, que de forma indireta, cada emprego gerado pela Vale representa cinco novas vagas na cadeia produtiva.

Para dar suporte às suas atividades, a Companhia criou uma estrutura integrada de logística que a transformou na maior prestadora de serviços logísticos do país.

A Vale também é um dos maiores investidores na geração de energia elétrica do país. A energia gerada complementa as necessidades de suas áreas operacionais: a Companhia, junto com suas controladas, coligadas e joint ventures, é a maior consumidora de energia do Brasil.

Muito embora a pretensão esteja agasalhada em preceito constitucional, não nos parece ser o plebiscito a via adequada para tentar a reestatização da empresa. Afinal, a privatização da Vale foi amplamente discutida, submeteu-se as exigências legais, inclusive recebendo a aprovação do Congresso Nacional, por isso, entendemos que somente pela via judicial o ato de privatização poderá ser revisto - o que, alias, já está sendo buscado em diversas ações que tramitam no Poder Judiciário.

Pessoalmente, entendemos ser a proposta um inaceitável absurdo, constituindo-se em verdadeiro retrocesso, que, certamente, afetará a economia nacional a imagem do país em suas relações internacionais e, com reflexos na geração de emprego e renda.

Com esses argumentos, submetemos a apreciação de Vossa Excelência e de nossos doutos pares este requerimento, que esperamos seja aprovado para ouvir o ilustre Sr. Roger Agnelli, Diretor Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, em audiência pública a ser realizada em data a ser agendada.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2007.

ASDRUBAL BENTES
Deputado Federal